

**INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS OURO PRETO**

RÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO

**ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO
PATRIMONIAL AVALIAÇÃO EM OURO PRETO**

**OURO PRETO
MINAS GERAIS – BRASIL
2014**

RÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO

**ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO
PATRIMONIAL AVALIAÇÃO EM OURO PRETO**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, como parte das exigências do curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, para a obtenção do título de *Tecnólogo*.

**OURO PRETO
MINAS GERAIS – BRASIL
2014**

RÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO

ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL AVALIAÇÃO EM OURO PRETO

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, como parte das exigências do curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, para a obtenção do título de *Tecnólogo*.

APROVADO EM: 04 de Setembro de 2014.

Maria Cristina Rocha Simão

Ana Paula Paixão

**Rodrigo Otávio De Marco Meniconi
(Orientador)**

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder saúde e força para superar as dificuldades.

À Instituição pelo ambiente criativo e amigável que proporciona.

Ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Otávio de Marco Meniconi, pela orientação, apoio e confiança.

Agradeço a minha mãe, que me deu apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu namorado pelo apoio e compreensão de sempre.

Às amigas de curso, pelo constante apoio e incentivo e pelo laço afetivo que desenvolvemos durante esse tempo; em especial Bia e Elô.

É difícil agradecer a todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso agradeço à todos de coração!

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	4
LISTA DE FIGURAS.....	6
RESUMO	8
1 – Introdução.....	9
1.1 Objetivos	10
2 - Acessibilidade em edificações de uso público - questões normativas	11
2.1 - Questões normativas quanto a edificações de preservação patrimonial	14
3 - Acessibilidade em edifícios históricos de Ouro Preto	17
4 - Estudo de caso: Museu da Inconfidência	19
4.1 - O Museu da Inconfidência e a atual estrutura – sessões e setores	20
4.2 - Adaptações e meios de acessibilidade do Museu da Inconfidência.	20
4.3 - Dificuldades encontradas e possíveis soluções	28
5 - Estudo de caso: Casa dos Contos de Ouro Preto – Museu e centro de estudos ciclo do ouro.....	34
5.1 - Adaptações e meios de acessibilidade Casa dos Contos	34
5.2 – Dificuldades encontradas e possíveis soluções.	37
6 - Estudo de caso: Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães – FAOP	39
6.1 - Adaptações e meios de acessibilidade Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães.....	40
7 – Conclusão.....	46
8 – Referências Bibliográficas	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Museu da Inconfidência.....	19
Figura 2: Edificações localizadas no entorno do museu.....	19
Figura 3: Cadeira de rodas adaptada.....	21
Figura 4: Dispositivo eletrônico acoplado à cadeira.....	22
Figura 5: Funcionamento da cadeira quanto ao acesso pelas escadas.....	22
Figura 6: Folheto institucional do Museu da Inconfidência em braile.....	23
Figura 7: Placas de orientação e identificação do elevador e sanitários.....	24
Figura 8: Elevador e instruções de utilização segundo a norma NBR 9050/04.	24
Figura 9: Disposição das peças no sanitário adaptado.....	25
Figura 10: Espaçamento entre os sanitários.....	25
Figura 11: Trajeto até a rampa e calçamento.....	25
Figura 12: Rampa lateral de acesso e saída de emergência.....	25
Figura 13: Aparelho eletrônico audioguia.....	26
Figura 14: Dispositivo multimídia em libras.....	26
Figura 15: Dispositivo multimídia com tecnologia touch screen.....	27
Figura 16: Placa informativa do ambiente de exposição.....	28
Figura 17: Falta de sinalização quanto ao início das escadas.....	29
Figura 18: Presença de barreiras arquitetônicas e desnível da calçada.....	29
Figura 19: Desnível na entrada dos ambientes sem sinalização.....	30
Figura 20: Falta de sinalização tátil de alerta indicando início e término de escadas.....	30
Figura 21: Exemplo de sinalização tátil alerta e direcional para piso.....	31
Figura 22: Símbolo internacional de sanitários acessíveis, NBR 9050/04.....	31
Figura 23: Estacionamento.....	32
Figura 24: Desnível na calçada da entrada do anexo I.....	33
Figura 25: Pátio interior do anexo.....	33
Figura 26: Degrau na entrada dos ambientes de exposição.....	33
Figura 27: Calçamento irregular no acesso à edificação.....	36
Figura 28: Desnível no passeio e entrada da edificação.....	36
Figura 29: Estacionamento sem vagas privativas.....	37
Figura 30: Cadeira de rodas comum.....	37

Figura 31: Escadaria sem sinalização tátil de alerta dos degraus.	37
Figura 32: Piso irregular sem sinalização e de acesso limitado.....	37
Figura 33: Elevador e estrutura metálica.	41
Figura 34: Pátio Interno.	41
Figura 35: Escada de acesso à edificação e ao pátio interno.....	42
Figura 36: Piso da área interna e corredor estreito.....	42
Figura 37: Placa de sinalização, orientação e emergência.....	43
Figura 38: Passeio e rampa de acesso.....	43
Figura 39: Entorno da edificação, entrada lateral com rebaixamento do passeio.....	44
Figura 40: Falta de estacionamento e barreira arquitetônica nos passeios. ...	44
Figura 41: Vista do acesso pela Rua Alvarenga.	44
Figura 42: Escada e passarela de acesso à galeria de exposições.	44

RESUMO

FIGUEIREDO, Rânia Cristina de. Tecnólogo em Conservação e Restauro. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, setembro de 2014. **Acessibilidade em edificações de preservação patrimonial – Avaliação em Ouro Preto**. Orientador: Rodrigo Otávio de Marco Meniconi.

De acordo com os dados do Censo Demográfico (IBGE/2010), 24 % da população brasileira apresentam algum nível de dificuldade ou deficiência. Além destas, existem também pessoas com alguma limitação, temporária ou não, na realização de atividades, como gestantes e idosos, devido a fatores naturais da vida. É notada a existência de dificuldades de acesso físico e de comunicação às edificações e espaços urbanos, devido ao fato de estes espaços não possuírem um projeto que disponha de componentes de acessibilidade. Este também é o caso da cidade de Ouro Preto, que possui edificações dos séculos XVIII e XIX em que os projetos não contemplavam a garantia de acessibilidade. Porém, atualmente com o novo uso adquirido pelas edificações e o reconhecimento como patrimônio da humanidade; no que se refere à acessibilidade, torna-se uma condição de grande importância para promover a igualdade no acesso à história e cultura. O objetivo do trabalho é analisar a necessidade de aplicação das normas de acessibilidade presentes em três edificações de preservação patrimonial situadas em Ouro Preto: Museu da Inconfidência, Casa dos Contos e Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães – FAOP.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; adaptações; questões normativas.

1 – Introdução

A acessibilidade é um tema de estudos recentes mas de grande importância nos dias atuais, tornando-se lei como garantia dos direitos humanos. As leis e normas que regulamentam e preveem instruções quanto à garantia de acesso são amplas e baseiam-se em um conceito universal que atende a todas as pessoas no caso de deficiências ou limitações quanto ao uso em edificações e espaços públicos.

O acesso às edificações de preservação patrimonial é um direito, mas são poucas as edificações adaptadas para esta finalidade. Parte do centro histórico de Ouro Preto é caracterizado por seu acervo arquitetônico edificado, representado por construções dos séculos XVIII e XIX, predominantemente no estilo colonial. Dentre estas, para os estudos de caso da pesquisa foram escolhidos: o Museu da Inconfidência (antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica); a Casa dos Contos (antiga Casa de Contratos e Casa da Moeda do Brasil) e o Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães - FAOP (construção do século XIX, que apesar de não possuir tombamento individual pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade). São construções que fazem referência e preservam importante memória de acontecimentos que constituem a história de Minas Gerais e do Brasil, como o Ciclo do Ouro, o desenvolvimento econômico-fiscal e a Inconfidência Mineira.

Os bens históricos, como os citados acima, são de grande importância como patrimônio da humanidade, pois fazem parte da memória e identidade de uma sociedade e, portanto é fundamental que sejam acessíveis a todos.

Para o presente estudo foi realizada avaliação dos meios de acessibilidade presentes e possíveis soluções para os cada caso. Foram realizadas: pesquisas bibliográfica e documental nos arquivos das edificações, das questões normativas, registro fotográfico e visitas guiadas às edificações.

1.1 Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar a necessidade de aplicação das normas de acessibilidade presentes em três edificações de preservação patrimonial situadas em Ouro Preto: Museu da Inconfidência, Casa dos Contos e Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães – FAOP.

Objetivos Específicos:

- Identificar os meios de acessibilidade presentes nas edificações analisadas;
- Relacionar a adaptação da acessibilidade nestes bens à norma NBR 9050 (ABNT, 2004) e à Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003.
- Avaliar os casos em estudo justificando a necessidade da aplicação das normas de acessibilidade às edificações de preservação patrimonial;
- Identificar em que pontos são aplicáveis outras soluções para a garantia da acessibilidade nos casos em estudo.

2 - Acessibilidade em edificações de uso público - questões normativas

Para início de estudo, aplicam-se as seguintes definições para os termos, segundo a norma brasileira ABNT 9050/04¹:

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

A acessibilidade vem sendo discutida há um tempo, principalmente por remeter à questão da inclusão social no que diz respeito à garantia dos direitos humanos. O tema foi regulamentado pelas Leis Federais 10.048 e 10.098 no ano de 2000, apresentando uma visão ampla em relação à acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação.

No que se refere ao meio físico, consta sobre a Lei federal 10.048/00 que os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Da Lei Federal 10.098/00, sobre acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo, determina que qualquer obra executada para estes, requer em sua finalidade se tornar acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Ainda disposto nesta lei em seu parágrafo único para os fins do disposto no artigo, para a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

¹ Norma Brasileira. ABNT NBR 9050/04 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 02 de dezembro de 2004, foi estabelecido pela Presidência da República, o Decreto 5.296 que, regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O Decreto 5.296 considera como portadores de deficiência aqueles que possuem limitações ou incapacidade para desempenho de alguma atividade, conforme descreve para efeitos deste, pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho, deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Também se enquadram no disposto, pessoa com mobilidade reduzida, aquela que tenha por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção; como idosos, gestantes e pessoas com criança de colo.

2.1 - Questões normativas quanto a edificações de preservação patrimonial

Em relação aos bens culturais, o decreto 5.926/04 faz breve referência limitando as intervenções recomendando o seguimento da instrução normativa do IPHAN:

Art. 30. As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003. (Decreto 5.926/2004, Presidência da República).

Em novembro de 2003, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN promove recomendações sobre acessibilidade aos bens culturais imóveis acatados em nível federal e outras categorias.

A Instrução Normativa tem como referências básicas a Lei Federal nº 10.098/2000 e a NBR 9050, afirmando que as soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem ser compatíveis com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens.

Neste caso a Instrução Normativa estabelece:

- As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto.
- Cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão.

- O limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes.

Para efeito desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

a) Acautelamento: forma de proteção que incide sobre o bem cultural, regida por norma legal específica - Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o instituto do tombamento ou, no caso dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos, pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961;

b) Bem cultural: elemento que por sua existência e característica possua significação cultural para a sociedade - valor artístico, histórico, arqueológico, paisagístico, etnográfico - seja individualmente ou em conjunto;

c) Bens culturais imóveis acautelados em nível federal: bens imóveis caracterizados por edificações e/ou sítios dotados de valor artístico, histórico, arqueológico, paisagístico, etnográfico, localizados em áreas urbanas ou rurais, legalmente protegidos pelo IPHAN, cuja proteção se dê em caráter individual ou coletivo, podendo compreender também o seu entorno ou vizinhança, com o objetivo de assegurar a visibilidade e a ambiência do bem ou do conjunto, se for o caso;

d) Preservação: conjunto de ações que visam garantir a permanência dos bens culturais;

e) Conservação: intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração;

f) Manutenção: operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação;

g) Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo;

h) Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

i) Pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida:

A que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

j) Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

I - barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

II - barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

III - barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

l) Desenho universal: solução que visa atender simultaneamente maior variedade de pessoas com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável.

m) Rota acessível: interligação ou percurso contínuo e sistêmico entre os elementos que compõem a acessibilidade, compreendendo os espaços internos e externos às edificações, os serviços e fluxos da rede urbana.

n) Ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

o) Elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.

p) Mobiliário Urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

q) Uso público, uso coletivo e uso privado: a partir da compreensão da LF 10.098/2000, contexto no qual se inserem as terminologias quanto aos usos das edificações, entende-se como: (1) de uso público, aquelas apropriadas ou

administradas por entidades da Administração Pública e empregadas diretamente para atender ao interesse público; (2) de uso coletivo, aquelas cuja utilização está voltada para fins comerciais ou de prestação de serviços (incluindo atividades de lazer e cultura) e abertas ao público em geral e; (3) de uso privado, aquelas com destinação residencial, seja unifamiliar ou multifamiliar.

3 - Acessibilidade em edifícios históricos de Ouro Preto

Parte do centro histórico de Ouro Preto é caracterizado por seu acervo arquitetônico edificado, representado por construções dos séculos XVIII e XIX, predominantemente no estilo colonial. Dentre estas, para os estudos de caso foram escolhidos: o Museu da Inconfidência (antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica); a Casa dos Contos (antiga Casa de Contratos e Casa da Moeda do Brasil) e o Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães - FAOP (construção do século XIX, que apesar de não possuir tombamento individual pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade).

São construções que fazem referência e preservam importante memória de acontecimentos que constituem a história de Minas Gerais e do Brasil, como o Ciclo do Ouro, o desenvolvimento econômico-fiscal e a Inconfidência Mineira; e portanto se torna fundamental a garantia da acessibilidade à estes bens.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio, 2006, p. 18).

A cidade de Ouro Preto, no aspecto acessibilidade enfrenta problemas devido à sua configuração urbana. Apresentando ruas estreitas e muitas vezes íngremes, com calçamentos irregulares e presença de barreiras arquitetônicas; o trajeto até o local de destino na cidade também se faz inviável muitas das vezes.

Da mesma forma, as edificações em sua maioria e principalmente as de preservação patrimonial; são de períodos históricos em que ainda não se projetava visando questões de acessibilidade. Até porque, foram projetados com finalidades específicas vivenciadas em determinada época.

Em um aspecto geral muitas vezes a própria localização da edificação está em pontos de acesso limitado, e sendo assim é necessário que a acessibilidade e a mobilidade urbana sejam pensadas em conjunto para que atuem medidas permitindo o acesso como um todo.

Como forma de preservação e conservação, alguns monumentos de Ouro Preto passaram por obras de restauração ou requalificação. Dentre estes, alguns receberam adaptações também para fins de acessibilidade de forma planejada, para que se mantenha a integridade da obra, sendo reconhecida a intervenção e possibilitando eventuais intervenções futuras.

De acordo com o Estatuto do Portador de Deficiência:

Capítulo VII – Do direito à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer: Art. 89. As adaptações necessárias para viabilizar o acesso, a permanência e a circulação de pessoas com deficiência em edifícios tombados pelo patrimônio cultural serão feitas pelo Poder Público e pelos órgãos estaduais responsáveis pelo patrimônio histórico. (Estatuto do Portador de Deficiência, Congresso Nacional).

Os estudos de caso a seguir, demonstram a importância de se integrar o acesso físico e de comunicação às edificações de preservação patrimonial principalmente quanto ao novo uso aos quais foram destinadas. Os casos exemplificam o que foi ou não realizado, e ainda o que é necessário adaptar nas três edificações localizadas na cidade histórica de Ouro Preto.

4 - Estudo de caso: Museu da Inconfidência



Figura 1: Museu da Inconfidência.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 2: Edificações localizadas no entorno do museu.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

A edificação teve sua construção na Praça Tiradentes entre os anos 1785 e 1855, com finalidade em sediar o poder municipal. De autoria do capitão-general Luís da Cunha Meneses, governador da Capitania, o projeto foi elaborado já no declínio da atividade mineradora.

A duração de sete décadas de construção contribuiu para que sua forma incorporasse diversas influências arquitetônicas.

A Câmara funcionou no imóvel por 25 anos e após a transferência de endereço, o casarão foi destinado à prisão. Após funcionar como penitenciária estadual, em 1938, o prédio desocupado passou ao domínio da União, para nele instalar o Museu da Inconfidência, cujo decreto de criação é de 20 de dezembro do mesmo ano.

Em meados da década de 30, o presidente Getúlio Vargas determinou que os restos mortais dos participantes da Inconfidência degredados para a África fossem trazidos de volta ao Brasil. Os ossos que puderam ser exumados chegaram em 1937.

Ao ser esvaziado em 1938 o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, um dos seus salões destinou-se para abrigar o Panteão dos Inconfidentes, inaugurado no dia 21 de abril de 1942, data do transcurso do 150º aniversário da

sentença condenatória dos inconfidentes. Em seguida, por meio de decreto-lei do governo federal, criou-se o Museu da Inconfidência, que completaria a ocupação do imóvel, sendo inaugurado em 11 de agosto de 1944, ao término das reformas para a adaptação do edifício à nova função.

A exposição permanente do Museu da Inconfidência, montada quando da inauguração do órgão em 1944, ficou intocável até recentemente. Em 2005, teve início o projeto de sua modernização com o projeto museológico e museográfico, de linguagem avançada, elaborado para promover a interação do espectador com o acervo, possibilitando nova abordagem da vida social, política e artística das Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

4.1 - O Museu da Inconfidência e a atual estrutura – sessões e setores

Atualmente, além do prédio do museu, a instituição possui três anexos que abrigam as atividades da direção, secretaria, segurança, restauração e conservação, pesquisa e interação com a comunidade.

O Anexo I abriga o auditório – espaço destinado a eventos do Museu, que também é cedido a outras instituições da cidade –, a Sala Manoel da Costa Athaide, de exposições temporárias, e a Reserva Técnica.

No Anexo II funcionam a direção do Museu, o Laboratório de Conservação e Restauração, as seções de Difusão do Acervo e Promoção Cultural, Segurança e Serviços Gerais, Documentação Museológica e Assessoria de Comunicação.

No Anexo III, conhecido também como Casa do Pilar, ficam o Arquivo Histórico, os setores de pesquisa histórica e musicológica, a Biblioteca, o setor Pedagógico e a estrutura administrativa da instituição.

4.2- Adaptações e meios de acessibilidade do Museu da Inconfidência

No Museu da Inconfidência foram adaptados alguns itens de acessibilidade, descritos a seguir conforme observados através de uma visita guiada:

- Cadeira especial para acesso ao museu via escadaria de entrada – é uma cadeira de rodas adaptada com um dispositivo eletrônico que permite sua utilização para subir as escadas ou o acesso pela rampa lateral da edificação,

à escolha do visitante. Os funcionários são instruídos quanto a utilização e acompanhamento do percurso que o visitante faz no primeiro pavimento e para os demais é utilizado o elevador.



Figura 3: Cadeira de rodas adaptada.
Fonte: Acervo Museu da Inconfidência
(Julho/2014).



Figura 4: Dispositivo eletrônico acoplado à cadeira.
Fonte: Acervo Museu da Inconfidência (Julho/2014).



Figura 5: Funcionamento da cadeira quanto ao acesso pelas escadas.
Fonte: Acervo Museu da Inconfidência (Julho/2014).

- Folheto institucional em braile – consiste em um folheto explicativo com um resumo do prédio, porém não se tem detalhes de todas as peças expostas nos ambientes. Este folheto pode ser manuseado durante a visita e também encontra-se à venda na loja do museu por R\$ 5.

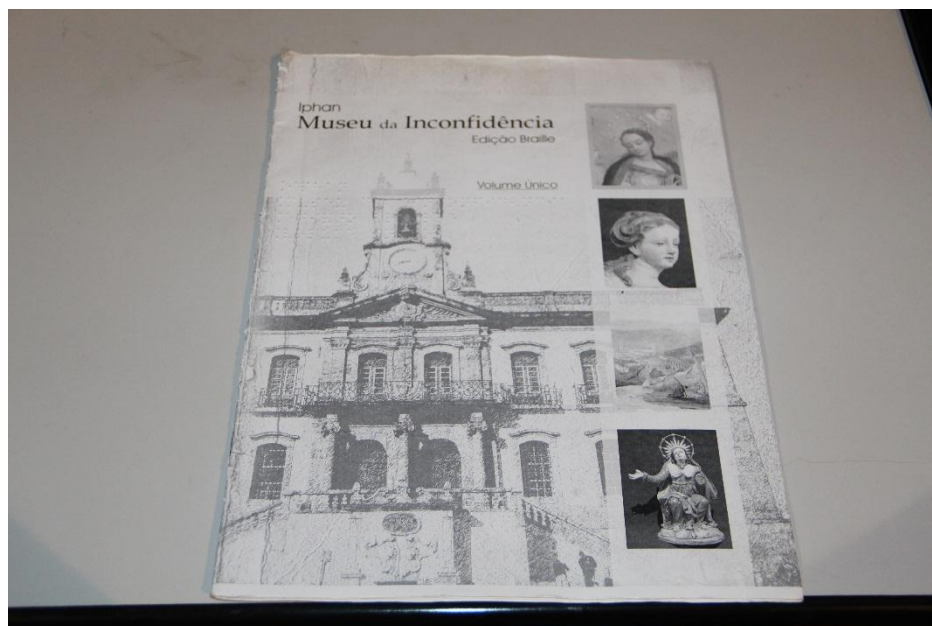


Figura 6: Folheto institucional do Museu da Inconfidência em braile.
Fonte: Acervo Museu da Inconfidência (Julho/2014).

- Elevador interno – adaptado à edificação conforme a NBR9050/04, o elevador é utilizado para o trajeto que permite a visitação às salas localizadas na parte superior, onde existe maior lance contínuo de escadas.



Figura 7: Placas de orientação e identificação do elevador e sanitários.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 8: Elevador e instruções de utilização segundo a norma NBR 9050/04.
Fonte: Acervo Museu da Inconfidência (Julho/2014).

- Sanitários adaptados – os sanitários estão localizados próximo ao elevador, entre eles existe um acessível porém, as barras de apoio fixadas na lateral não atende ao comprimento mínimo e a distribuição de peças no espaço dificultam a utilização por um usuário em cadeiras de rodas. Estão localizados em espaço estreito, que foi dividido para adaptação dos três sanitários.

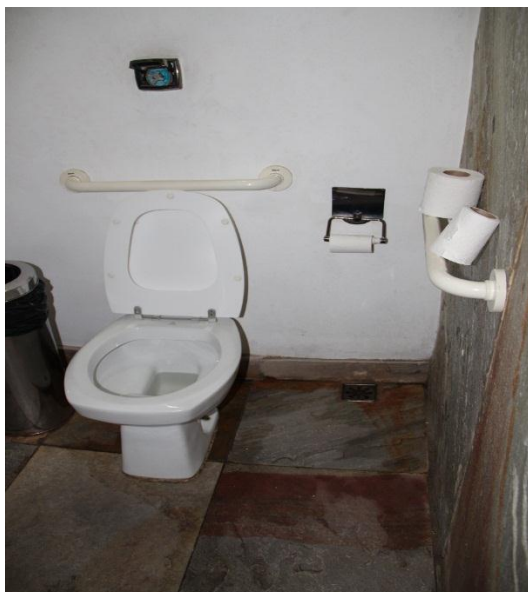


Figura 9: Disposição das peças no sanitário adaptado.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 10: Espaçamento entre os sanitários.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

- Rampa lateral – a rampa permite o acesso ao prédio sem a necessidade de utilizar a escadaria e foi adaptada ao imóvel também como saída de emergência. Porém, até chegar à rampa o trajeto é dificultado pelo fato do calçamento ser irregular, em pedras.



Figura 11: Trajeto até a rampa e calçamento.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 12: Rampa lateral de acesso e saída de emergência.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

- Audioguia – o museu disponibiliza de 37 aparelhos eletrônicos de audioguia, que pode ser usado por deficientes visuais. O áudio está disponível em inglês, português e espanhol e faz a apresentação de todas as peças expostas no museu. Este aparelho é locado na recepção do museu por R\$ 8; e pode ser utilizado por duas pessoas ao mesmo tempo com utilização de fones.



Figura 13: Aparelho eletrônico audioguia.
Fonte: Acervo Museu da Inconfidência (Julho/2014).

- Aparelho com informações em libras – trata-se de um dispositivo multimídia que apresenta a exposição na linguagem de libras para deficientes auditivos; pode ser locado na recepção do museu por R\$ 8.



Figura 14: Dispositivo multimídia em libras.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

- Equipamentos multimídia – são cinco equipamentos disponíveis no museu, fixados à uma altura de fácil acesso para todos os visitantes e com tecnologia touch screen. Apresenta a exposição contando a história através de imagens, vídeos e textos em versões em português e em inglês; permitindo que o visitante possa interagir ao tocar na tela.



Figura 15: Dispositivo multimídia com tecnologia touch screen.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

- Identificação visual – na entrada de cada sala de exposição do museu, existem placas fixadas a uma altura de fácil acesso com descrição em português e inglês, apresentando o ambiente ao qual o visitante irá entrar.



Figura 16: Placa informativa do ambiente de exposição.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

Existe no museu, um livro de sugestões no qual o visitante pode expressar oficialmente seus elogios e reclamações e onde dão sugestões após sua observação. Dentre estas, no que discorre sobre os temas e inclusive questões de acessibilidade, são discutidas e analisadas pela equipe e direção do museu durante reuniões trimestrais.

4.3 - Dificuldades encontradas e possíveis soluções

O Museu da Inconfidência consegue atender em partes o que se exige quanto a acessibilidade; os meios adaptados em sua maioria são importantes para facilitar o entendimento em relação à exposição. Porém, algumas instruções para assegurar que o prédio se torne mais acessível não foram adotadas e conforme a descrição, pode-se adotar medidas simples aos casos:

- No caso do entorno do museu, existem obstáculos e o acesso até a edificação é dificultado devido ao calçamento irregular, ao desnível e espaçamento dos passeios e barreiras.
- No principal acesso ao museu antes de entrar na edificação, é notada falta de sinalização quanto ao desnível da calçada, barreiras arquitetônicas e início de escadas.



Figura 17: Falta de sinalização quanto ao início das escadas.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 18: Presença de barreiras arquitetônicas e desnível da calçada.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

- Os funcionários do museu são instruídos quanto ao uso dos equipamentos que permitem acessibilidade e contam com o setor pedagógico e de comunicação quando necessitam de maior assistência. Apesar disso, não possui atendimento especializado para comunicação com portadores de deficiências sensoriais.
- Não foram encontrados no museu sinalização tátil de alerta ou direcional, faixas de piso em cor e textura indicando início e término de escadas e rampas, localização e desníveis. O visitante cadeirante ou deficiente visual não possuem total independência quanto à locomoção nos espaços.

Segundo a NBR 9050/04, os desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%). Desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados.

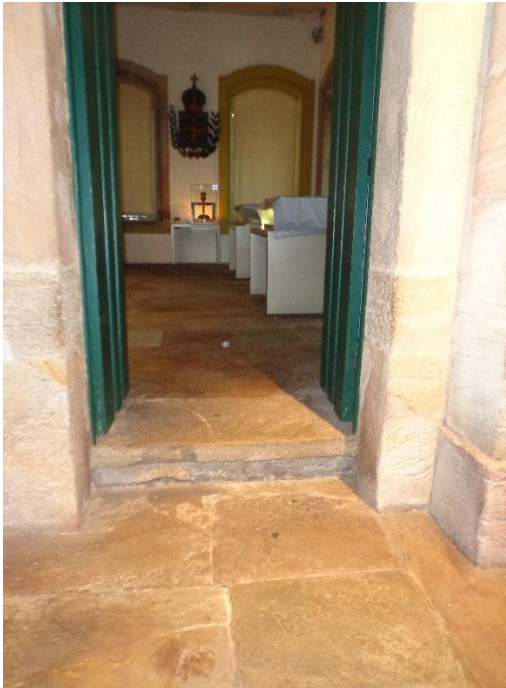


Figura 19: Desnível na entrada dos ambientes sem sinalização.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 20: Falta de sinalização tátil de alerta indicando início e término de escadas.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

Propõe-se a sinalização tátil do piso como forma de guia do deficiente visual para os ambientes do museu, podendo ser uma solução simples a evitar colisões e servindo de alerta quanto aos desníveis e escadas.

Segundo a ABNT 9050/04: a sinalização tátil no piso pode ser do tipo de alerta ou direcional. Ambas devem ter cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente, atendendo às seguintes condições: quando sobrepostas, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado e não exceder 2 mm e quando integradas, não deve haver desnível.

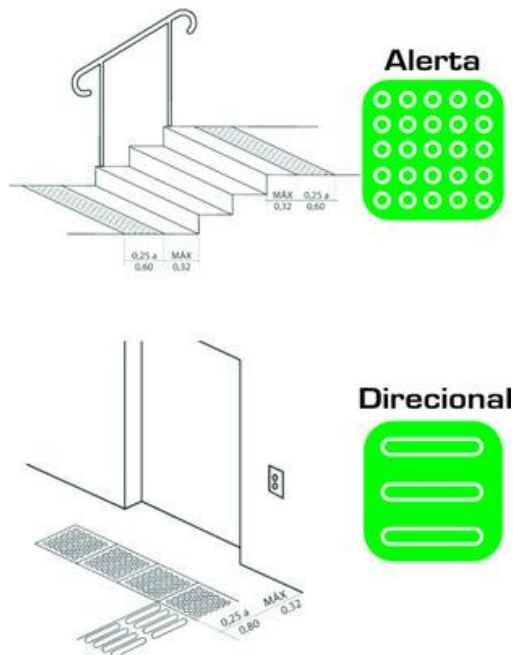


Figura 21: Exemplo de sinalização tátil alerta e direcional para piso.
 Fonte: <http://www.logismarket.ind.br/franmetal-sinart/piso-tatil/2520611576-1179618888-p.html>. Acesso em: 28 Jul. 2014.

- Não há indicação quanto à localização dos sanitários; só existem placas no próprio local. O espaço onde estão os sanitários é estreito e dificulta a mobilidade se houver mais pessoas aglomeradas no espaço, visto que também é onde está localizado o elevador.

As placas de sinalização indicativas de sanitários, bem como dos outros ambientes devem estar posicionadas próximo ao acesso de maior fluxo na edificação para que sejam orientados quanto ao espaço.



Figura 22: Símbolo internacional de sanitários acessíveis, NBR 9050/04.
 Fonte: ABNT NBR 9050/04.

- Não existem vagas de estacionamento privativas para portadores de deficiência. O estacionamento de uso coletivo é localizado atrás do prédio, possui poucas vagas e também está em posição desnivelada.

A reserva de vagas de estacionamento privativas no museu poderiam auxiliar o trajeto do visitante que é cadeirante, por exemplo, ao oferecer que este possa evitar as barreiras existentes no percurso do entorno até chegar à edificação. Visto que, na Praça Tiradentes, onde está localizado o museu, não existe estacionamento.

Para este fim, a NBR 9050/04 sobre as condições gerais de acesso determina que: o percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada(s) principal(is) deve compor uma rota acessível. Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis, devem ser previstas vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência, interligadas à(s) entrada(s) através de rota(s) acessível(is).



Figura 23: Estacionamento.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

- As exposições temporárias são apresentadas no anexo I do museu - sala Manoel da Costa Athaide. Apesar de ser um local mais plano que não depende de escadarias para acesso, os ambientes não possuem nenhum tipo de adaptação quanto a acessibilidade. Existem desníveis na entrada do anexo, nas salas de exposições e auditório.



Figura 24: Desnível na calçada da entrada do anexo I.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 25: Pátio interior do anexo.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).



Figura 26: Degrau na entrada dos ambientes de exposição.
Fonte: Rânia Figueiredo (Julho/2014).

As rampas de entrada nos anexos, podem ser soluções simples para garantia do acesso às salas em eventos e exposições temporárias. Por não ter constante visitação como o caso do museu, pode-se adotar medidas mais simples, mas que no caso atenda como previsto a NBR 9050/04.

5 - Estudo de caso: Casa dos Contos de Ouro Preto – Museu e centro de estudos ciclo do ouro.

O prédio da Casa dos Contos de Ouro Preto conhecido entre os monumentos do Barroco Mineiro, foi construído 1782 a 1784, para residência e casa dos contratos e arrematante da Arrecadação Tributária das Entradas e Dízimos, João Rodrigues de Macedo, uma das maiores fortunas da Colônia no século XVIII. Durante a repressão à Inconfidência Mineira, aquartelou tropas do vice-rei, além de servir de prisão nobre para conjurados dos mais elevados títulos sociais.

No ano de 1792, encontrando-se Macedo em grande débito com a Real Fazenda, iniciou-se a transferência para o casarão, da sede da administração e contabilidade pública da Capitania de Minas Gerais, a denominada Casa dos Contos.

Entre 1820 e 1821 foi construído o prolongamento ao lado direito da edificação, e em 1844, o acréscimo do lado esquerdo, que permitiriam o funcionamento da Secretaria da Fazenda de Minas e para abrigar a Casa de Fundição do Ouro e da Moeda. Porém, com a transferência da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, em 1897, o imóvel passou a ser ocupado simultaneamente pelos Correios e pela Caixa Econômica, nas áreas antes destinadas às repartições fazendárias. Em 1970 a Prefeitura Municipal ocupou o prédio.

Em 1973, o Ministério da Fazenda retoma o imóvel, adapta-o e ali inaugura o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro – CECO. A finalização do processo de restauração da edificação ocorreu em 1983/1984.

Atualmente, além da disponibilidade para estudo do acervo, o monumento conta com salões destinados a conferências e exposições.

5.1 - Adaptações e meios de acessibilidade Casa dos Contos

Segundo o estudo realizado por Ferreira (2013) e após visita guiada à edificação, os itens de acessibilidade foram diagnosticados como falta ou dificuldade de adequação.

Acesso ao edifício:

- Existe travessia elevada na entrada do edifício.

- Não há suporte informativo tátil no passeio que permita a identificação por pessoas com restrição visual do edifício e do percurso (linha-guia) e não apresenta largura mínima de 1,2m.
- Não existem vagas de estacionamento para deficientes próximo ao acesso.
- Não existe símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização do piso.
- Não há suporte informativo tátil que permita a identificação do balcão por pessoas com restrição visual; não existe suporte informativo visual e tátil que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rota para o uso do edifício de forma independente.
- Não existe atendimento especializado com intérpretes para pessoas com deficiências sensoriais; não existe equipamento de tecnologia assistiva que permita a comunicação para o surdo ou mudo com os funcionários.
- Não existe espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera.

Circulação Interna:

- Não existe identificação visual nas portas que indique o nome do setor/ambiente.
- Os pisos do pátio interno e da senzala são muito irregulares.
- Não há faixas de piso em cor e textura diferenciada guiando os usuários com restrição visual em circulações muito amplas.
- Não há equipamento eletromecânico de circulação vertical (plataformas, elevadores).
- O lance contínuo das escadas é de mais de 19 degraus e são estreitos.
- Não existe sinalização indicando o número do pavimento na escada ou no patamar; não existe sinalização tátil alerta no início e término da escada.
- Não existe sinalização tátil no início e no término da rampa.
- Existe um sanitário acessível, as barras de apoio fixadas na lateral da bacia sanitária não atende ao comprimento mínimo e a distribuição de peças nos banheiros não permite a utilização por um usuário em cadeiras de rodas.
- Não há sinalização identificando a localização dos sanitários; não há símbolo internacional de acesso em local visível ao público.

Em relação à acesso e exposições:

- Não há suporte informativo visual e tátil para identificar as diferentes atividades.
- Não existem sites na WEB acessíveis às pessoas com restrição auditiva e visual, com informações sobre a localização e as atividades.

- Os acessos às exposições no subsolo, 2º pavimento e no mirante não são acessíveis.
- Não há faixas de piso em cor e textura diferenciadas, nem sinalização tátil indicando a localização das obras e desníveis; os textos explicativos não tem altura acessível; não existe textos explicativos em Braille.
- Não existem dispositivos de tecnologia assistiva; nem sistema de alarme sonoro e luminoso; não existe atendimento por intérpretes de LIBRAS.



Figura 27: Calçamento irregular no acesso à edificação.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

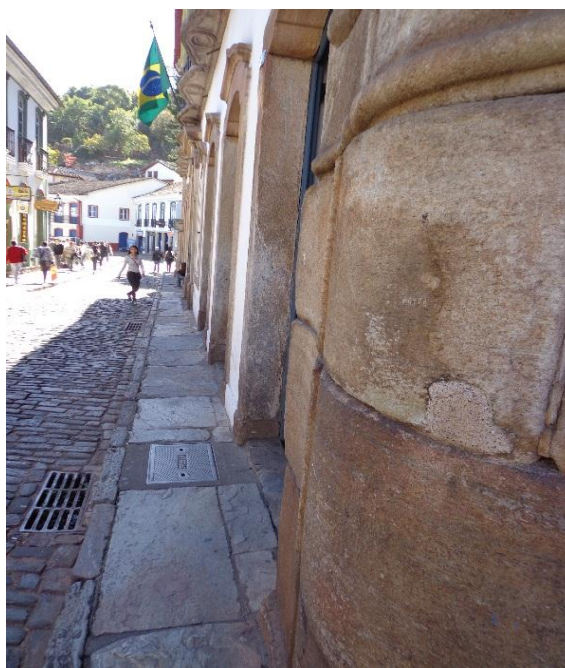


Figura 28: Desnível no passeio e entrada da edificação.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).



Figura 29: Estacionamento sem vagas privativas.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).



Figura 30: Cadeira de rodas comum.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).



Figura 31: Escadaria sem sinalização tátil de alerta dos degraus.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).



Figura 32: Piso irregular sem sinalização e de acesso limitado.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

5.2 – Dificuldades encontradas e possíveis soluções.

A partir deste diagnóstico, o estudo estabeleceu diretrizes que possam contribuir em futuras intervenções a serem realizadas na edificação para que disponha de forma mais acessível sua utilização. No entanto, com base na Lei

10.098/00, Instrução Normativa nº 1 do IPHAN e obedecendo a norma reguladora NBR 9050/04 demonstra em que pontos são cabíveis as medidas para intervenção como garantia de preservação e acessibilidade ao bem.

A realização das visitas exploratórias proporcionou uma visão geral da acessibilidade na Casa dos Contos, em que se verificou que o casarão é um ambiente em que não leva em consideração a diversidade de capacidades e limitações de seus usuários, uma vez que impõe diversas barreiras físicas aos mesmos.

Neste caso, o estudo concluiu que existe a necessidade de adaptar à edificação itens de acessibilidade como:

- Inserir informações visuais em locais de tomada de decisão, como por exemplo placas de orientação com o nome do ambiente e descrição de apresentação da exposição.
- Utilizar diferentes formas para informação clara e legível: contrastes, relevo e Braille.
- Prever que todos os mobiliários e espaços possibilitem o alcance e aproximação de pessoas com baixa estatura ou em cadeira de rodas.
- Inserir mapa visual e tátil próximo ao acesso de maior fluxo na edificação, para melhor compreensão do espaço e localização dos ambientes.
- Instalar adesivos táteis alerta e direcional sobre os pisos externos e internos de valor histórico, em início e término de escadas fixas e rampas.
- Capacitar funcionários no atendimento à pessoas com deficiências.
- Adotar equipamento de áudio-descrição sobre as obras expostas para ser entregue às pessoas com restrições visuais no início da visita aos espaços.
- Adaptar o banheiro existente, proporcionando a inclusão e maior conforto para os usuários.
- Inserir elevador seguindo do primeiro pavimento para os níveis superiores da edificação. Neste caso, o uso de uma cadeira de rodas adaptada também atende a esta finalidade e consiste em um meio reversível de forma a não descaracterizar o bem.
- Utilização de plataforma elevatória para acesso à Senzala e ao Horto dos Contos.

- Propõe-se o uso de piso de vidro elevado quanto ao acesso à Senzala, permitindo observar o piso em pé-de-moleque, original do espaço.
- Para o pátio interno foi proposto o sistema de piso elevado em gradil, por não ser escorregadio e permitir observar o piso existente.
- Disponibilizar vagas de estacionamento privativas próximo à edificação.

Para estas adaptações, nota-se que o uso de equipamentos eletrônicos de áudio, descrição e multimídia são soluções práticas que não causariam nenhum dano à edificação e preservam o ambiente quanto às alterações. No caso de inserção de componentes de acessibilidade no meio construtivo, deverá ser legível como adição do tempo presente.

6 - Estudo de caso: Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães – FAOP

A Casa Bernardo Guimarães é uma construção do século XIX, que apesar de não possui tombamento individual pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, está compreendido no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade.

A destinação original do prédio foi para o uso residencial, mas não se tem registros ou elementos de identificação comprovando seu primeiro proprietário ou morador. Tendo pertencido ao escritor Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, nascido em Ouro Preto, em 15 de agosto de 1825, e falecido na mesma cidade em 10 de março de 1884, é possível que tenha sido propriedade de sua família desde a construção.

No ano de 1955, o prédio passou a ser propriedade da Sociedade São Vicente de Paula que, adaptando-o, ali instalou o “Asilo dos Velhos”, como ficou conhecida a instituição de abrigo dos idosos. A partir de 2003, a propriedade voltou a pertencer ao Estado, sendo cedida à FAOP (Fundação de Arte de Ouro Preto) em 2004. Ao longo dos anos, foram anexadas outras construções, transformando-se em um conjunto de quatro edificações interligadas por um pátio central.

O objetivo do projeto e das obras de restauração, reforma e adaptação de uso do Conjunto Casa Bernardo Guimarães foi em atender às necessidades da FAOP, e instalar o Núcleo de Ofícios, responsável pela formação e capacitação de mão-de-obra por meio de cursos de especialização profissional de nível básico.

A intervenção no conjunto de edificações da Casa Bernardo Guimarães buscou conservar as peculiaridades arquitetônicas do casarão e medidas propostas visaram a preservação das características construtivas do bem. Para a permanência dos anexos optou-se pela diferenciação entre estes e o casarão.

Como um dos anexos funcionava como terraço, sua demolição não foi efetivada, pois eliminaria um importante espaço de contemplação da cidade. No entanto, para a permanência do terraço optou-se pela recriação do espaço com uma estrutura metálica. Utilizando o mesmo material, uma torre com escadas e elevador foi instalada no pátio interno, ligando o casarão à um dos anexos e permitindo o acesso para portadores de necessidades especiais.

Atualmente o Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães, compreende um dos núcleos da Fundação de Artes e Ofícios de Ouro Preto – FAOP, como sede administrativa, escola de arte e biblioteca.

6.1 - Adaptações e meios de acessibilidade Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães

Na Casa Bernardo Guimarães, foi construída em estrutura metálica uma torre com escadas e elevador no pátio interno que interliga o casarão ao anexo. A estrutura se difere da construção mas não descaracteriza o ambiente em que está inserida.



Figura 33: Elevador e estrutura metálica.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

O pátio interno, apesar de ser bem nivelado e regular, não apresenta nenhum tipo de sinalização tátil direcional ou de alerta.



Figura 34: Pátio Interno.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

As escadas existentes não são sinalizadas quanto ao início e término de degraus, mas possuem corrimão e grade de segurança.

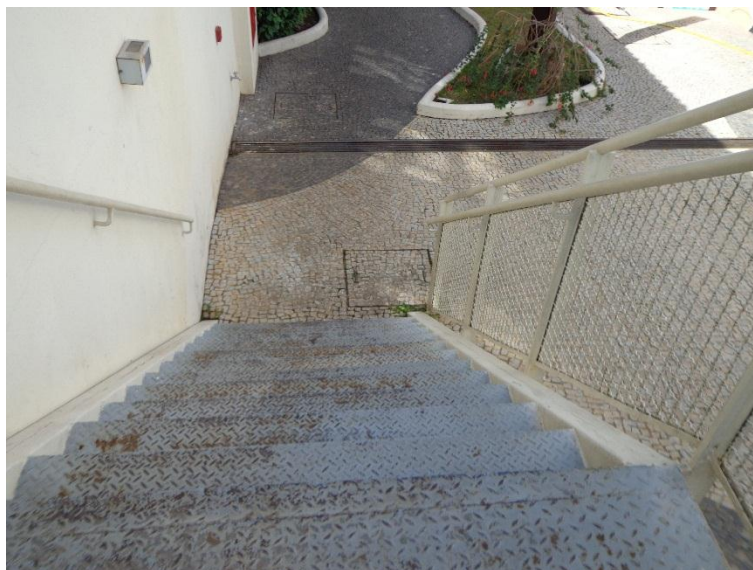


Figura 35: Escada de acesso à edificação e ao pátio interno.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

O piso interno é liso e não apresenta desníveis, também não possuem orientação tátil e os corredores são estreitos.



Figura 36: Piso da área interna e corredor estreito.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

Existe placa de sinalização indicando acesso para cadeirantes próximo aos sanitários; porém eles não são adaptados para atender quanto a esta necessidade.



Figura 37: Placa de sinalização, orientação e emergência.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

Na parte externa da edificação existe rampa para acesso ao salão principal onde acontecem eventos com maior fluxo de pessoas.

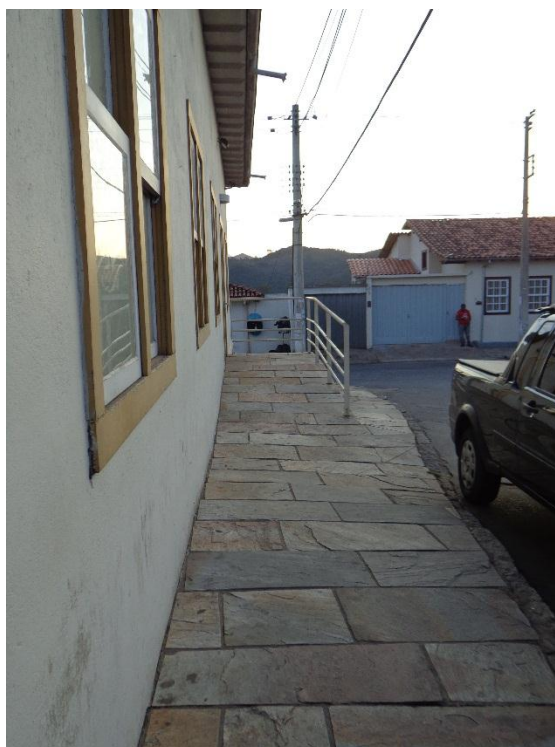


Figura 38: Passeio e rampa de acesso.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

O entorno da edificação também apresenta passeios estreitos e barreiras arquitetônicas (como postes instalados no meio do passeio).

Quanto ao percurso, é uma área bastante movimentada, há constante trefego de automóveis nas áreas circundantes. Além disso, não existe estacionamento próximo ao local e os veículos acabam ficando estacionados ali mesmo.



Figura 39: Entorno da edificação, entrada lateral com rebaixamento do passeio.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).



Figura 40: Falta de estacionamento e barreira arquitetônica nos passeios.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

O lado da edificação inserido na Rua Alvarenga, apresenta escada e passeio para acesso à galeria de exposições do casarão. Existe corrimão e um espaçamento entre a rua e o passeio para garantia da segurança ao acesso à edificação.



Figura 41: Vista do acesso pela Rua Alvarenga.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).



Figura 42: Escada e passarela de acesso à galeria de exposições.
Fonte: Rânia Figueiredo (Agosto/2014).

No caso do Complexo Cultural Casa Bernardo Guimarães, não foram encontrados muitos meios de acessibilidade. Além do elevador, só existem as rampas e escadas providas de corrimão; que não são sinalizados com informativos táteis de orientação e alerta em textura e cor.

Há necessidade de um sanitário adaptado para que o cadeirante, por exemplo, consiga se movimentar no espaço utilizando-se deste com independência.

Apesar de não ser um local de constante visitação como no caso do Museu da Inconfidência e da Casa dos Contos; a Casa Bernardo Guimarães também é um centro cultural público por apresentar exposições e realizar seminários e palestras e além disso é uma escola de arte e biblioteca. Dessa forma, entende-se que a importância em adaptar-se quanto à acessibilidade está na possibilidade em receber todos aqueles que necessitam de uma estrutura especial e venham a utilizar a edificação para estudar, visitar ou até mesmo trabalhar.

7 – Conclusão

Diante das observações realizadas pelo presente estudo, conclui-se que apesar de existirem meios de acessibilidade funcionando, como no caso do Museu da Inconfidência; o caso de Ouro Preto bem como de outras cidades históricas vai além da viabilização do acesso na edificação em si. O traçado urbano também é motivo de dificuldade quanto ao acesso na cidade e, muitas vezes limita a mobilidade urbana para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Não há ao certo uma relação quanto ao número de pessoas com estas necessidades que visitam ou utilizam de alguma forma as edificações estudadas; mas sabe-se que, uma proporção significativa de pessoas independente de suas capacidades ou limitações também encontram alguma dificuldade de acesso.

Em todos os casos as melhorias para a promoção da acessibilidade são essenciais para que continuem a desempenhar suas funções como museu, centro de estudos e escola de arte; possibilitando o acesso pleno sem restrições ou limitações. São edificações que apresentam grande potencial construtivo proporcionando a adoção de soluções espaciais que não interferem na essencialidade do monumento.

O Museu da Inconfidência, apesar de contemplar alguns meios quanto à garantia da acessibilidade, necessita de uma revisão para inserção de componentes que permitam melhor fruição dos meios já adaptados; como o exemplo proposto no trabalho para inserção de sinalizações táteis de orientação e alerta.

Já a Casa dos Contos, em sua atual estrutura não contempla nenhuma forma de adaptação quanto a acessibilidade e, portanto, não permite atender ao público portador de necessidades especiais, devido à falta de orientação espacial, equipamentos de comunicação e deslocamento.

Quanto ao entorno das edificações é necessário a formulação de propostas de apropriação relacionadas ao deslocamento e mobilidade, que nestes casos pode-se resolver simplesmente ao promover vagas de estacionamento privativas próximo às edificações. Durante realização do estudo, constatou-se que há um plano de mobilidade urbana do município sendo elaborado para resolver problemas como o serviço de transporte coletivo, a circulação viária, a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade e criação de áreas de estacionamentos

públicos e privados; porém a versão final ainda não está disponível para acesso e pesquisa.

Por fim, as propostas para intervenções quanto à acessibilidade em edificações de preservação patrimonial, devem buscar compatibilizar a preservação do patrimônio e as práticas de apropriação dos espaços, pois, apesar de existir a Instrução Normativa nº1 do IPHAN (2003), muitos casos são específicos e exigem melhor interpretação do espaço para que as medidas adotadas sejam mínimas mas condicionem a garantia do acesso.

8 – Referências Bibliográficas

Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Norma Brasileira ABNT NBR 9050/04. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 09 Jul. 2014.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.

COSTA, Gabriela R. V. LIMA, Niusarete M. de. MAIOR, Izabel M. M. de L. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. In. ATIID 2005 – III Seminário e II Oficinas “Acessibilidade, TI e Inclusão Digital” USP/Faculdade de Saúde Pública, São Paulo-SP, 05-06/09/2005. Disponível em: http://www.prodham.sp.gov.br/multimedia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf. Acesso em: 23 Jul. 2014.

Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 08 Jul. 2014.

Estatuto do Portador de Deficiência. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

FERRAZ, Eugênio. A Casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio histórico e memória da restauração no ano do seu bicentenário (ocorrido em 1984). 2ª ed. Belo Horizonte: C/ARTE, 2004.

FERREIRA, Belchiolina Flávia. Desafios para à Acessibilidade em bens com interesse para preservação – Estudo de caso: Casa dos Contos de Ouro Preto/MG. Trabalho final de graduação Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 Jul. 2014.

Instrução Normativa nº1, de 25 de Novembro de 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>. Acesso em: 08 Jul. 2014.

Lei Nº 10.048, de 08 de Novembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso em: 09 Jul. 2014.

Lei Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 09 Jul. 2014.

Mascarenhas, A. Miguel, S. Casa Bernardo Guimarães – Ouro Preto. FAOP, 2008.

Museu da Inconfidência. Disponível em: <http://www.museudainconfidencia.gov.br>. Acesso em: 17 Jul. 2014.

Paiva, Ellayne Kelly Gama de. Acessibilidade e preservação em sítios históricos: o caso de São Luís do Maranhão. Abr. 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4178>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

VASCONCELLOS, Beatriz Cunha de. BARROS, Patrícia Quadros. O desafio da promoção da acessibilidade urbana em espaços públicos consolidados: Reflexões a partir do caso da cidade de Niterói – RJ Disponível em: http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq19_ODesafiaPromocao_VasconcellosBarros.pdf. Acesso em: 16 Jul. 2014.